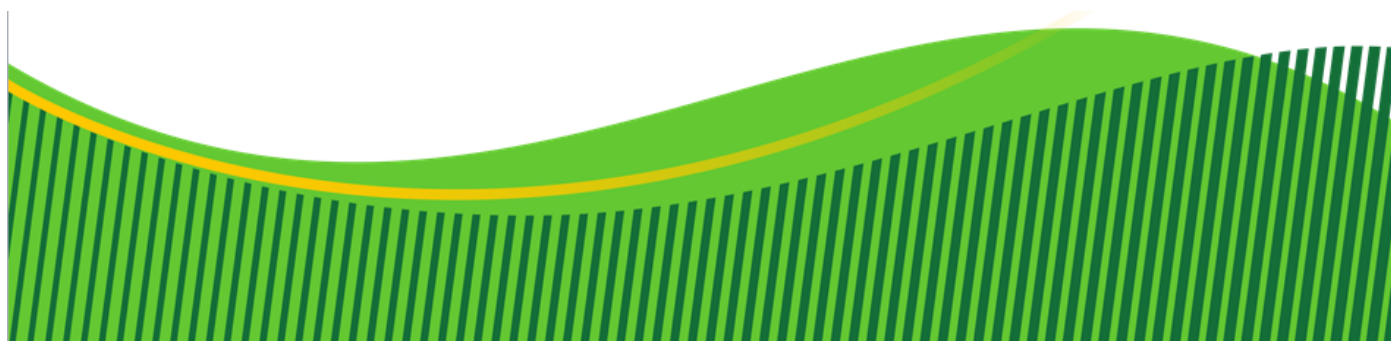


Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
Sorriso/MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 03 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
CNPJ/MF nº 26.555.235/0001-33

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	1.634.250	1.605.395	CIRCULANTE	837.047	756.637
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	16.643	14.288	DEPÓSITOS (NOTA 12)	331.264	253.590
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	129.881	66.713	Depósitos à Vista	317.351	249.552
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	129.881	66.713	Depósitos Interfinanceiros	11.294	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	376.834	-	Depósitos a Prazo	2.619	4.038
Carteira Própria	376.834	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	414.982	413.658
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	263.167	901.807	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	7
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	415	Repasse Interfinanceiros	414.982	413.651
Correspondentes no país	73	-	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.178	1.996
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	263.094	901.392	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.178	1.996
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	783.140	573.843	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	-	11.169
Operações de Crédito	828.258	610.369	Empréstimos País - Outras Instituições	-	11.169
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(45.118)	(36.526)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	88.623	76.224
OUTROS CRÉDITOS	61.943	45.382	Cobrança e Arrecadação de Tributos	161	172
Créditos por Avalis e Fianças Honorados (NOTA 07)	639	235	Sociais e Estatutárias	14.310	12.538
Rendas a Receber	2.940	3.437	Fiscais e Previdenciárias	2.352	2.538
Diversos (NOTA 07 e 08)	60.144	42.670	Diversas (NOTA 15)	71.800	60.976
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(1.780)	(960)	OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	2.642	3.362
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	2.642	3.362	Outros Valores e Bens	2.578	3.298
Outros Valores e Bens	2.578	3.298	Despesas Antecipadas	64	64
Despesas Antecipadas	64	64	NÃO CIRCULANTE	691.934	654.344
NÃO CIRCULANTE	322.224	175.781	NÃO CIRCULANTE	691.934	654.344
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	322.224	175.781	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	691.934	654.344
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 04)	24.832	1.434	DEPÓSITOS (NOTA 12)	679.253	640.728
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	24.832	1.434	Depósitos a Prazo	679.253	640.728
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	213.277	103.632	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	12.681	13.616
Operações de Crédito	238.186	125.857	Repasse Interfinanceiros	12.681	13.616
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(24.909)	(22.225)	OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07 e 08)	305	45
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07 e 08)	305	45	Diversos	312	54
Diversos	312	54	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(7)	(9)
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(7)	(9)	INVESTIMENTOS (NOTA 10)	45.884	42.652
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	45.884	42.652	Outros Investimentos	45.884	42.652
Outros Investimentos	45.884	42.652	IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	32.051	21.476
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	32.051	21.476	Imóveis de Uso	17.733	13.236
Imóveis de Uso	17.733	13.236	Outras Imobilizações de Uso	23.219	15.731
Outras Imobilizações de Uso	23.219	15.731	(Depreciação acumulada)	(8.901)	(7.491)
(Depreciação acumulada)	(8.901)	(7.491)	INTANGÍVEL (NOTA 11)	5.875	6.542
INTANGÍVEL (NOTA 11)	5.875	6.542	Outros Ativos Intangíveis	12.968	12.151
Outros Ativos Intangíveis	12.968	12.151	(Amortização acumulada)	(7.093)	(5.609)
(Amortização acumulada)	(7.093)	(5.609)	TOTAL DO ATIVO	1.956.474	1.781.176
TOTAL DO ATIVO	1.956.474	1.781.176	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.956.474	1.781.176

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
CNPJ/MF nº 26.555.235/0001-33

	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	77.899	-	77.899	141.530	2	141.532	104.495	-	104.495
Operações de Crédito	73.574	-	73.574	134.894	2	134.896	102.720	-	102.720
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	4.325	-	4.325	6.636	-	6.636	1.775	-	1.775
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(50.465)	(101)	(50.566)	(88.953)	(194)	(89.147)	(72.484)	(166)	(72.650)
Operações de Captação no Mercado	(18.736)	(101)	(18.837)	(39.167)	(194)	(39.361)	(34.546)	(166)	(34.712)
Operações de Empréstimos e Repasses	(13.467)	-	(13.467)	(27.497)	-	(27.497)	(30.903)	-	(30.903)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(18.262)	-	(18.262)	(22.289)	-	(22.289)	(7.035)	-	(7.035)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	27.434	(101)	27.333	52.577	(192)	52.385	32.011	(166)	31.845
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.053)	9.067	6.014	12.244	17.193	29.437	25.753	15.650	41.403
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	7.634	15.062	22.696	16.639	29.108	45.747	16.758	25.164	41.922
Rendas de Tarifas Bancárias	5.303	-	5.303	9.868	-	9.868	8.243	-	8.243
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(14.778)	(1.959)	(16.737)	(28.532)	(3.747)	(32.279)	(25.246)	(3.389)	(28.635)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(14.827)	(2.443)	(17.270)	(28.681)	(4.515)	(33.196)	(23.937)	(4.108)	(28.045)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(18)	(742)	(760)	(122)	(1.444)	(1.566)	(96)	(1.236)	(1.332)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	28.147	577	28.724	68.927	214	69.141	73.938	1.350	75.288
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(14.514)	(1.428)	(15.942)	(25.855)	(2.423)	(28.278)	(23.907)	(2.131)	(26.038)
RESULTADO OPERACIONAL	24.381	8.966	33.347	64.821	17.001	81.822	57.764	15.484	73.248
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(72)	27	(45)	71	197	268	(79)	2	(77)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	24.309	8.993	33.302	64.892	17.198	82.090	57.685	15.486	73.171
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	882	882	-	(2.455)	(2.455)	-	(497)	(497)
Provisão para Imposto de Renda	-	574	574	-	(1.506)	(1.506)	-	(244)	(244)
Provisão para Contribuição Social	-	308	308	-	(949)	(949)	-	(253)	(253)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(3.600)	-	(3.600)	(6.617)	-	(6.617)	(5.561)	-	(5.561)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	20.709	9.875	30.584	58.275	14.743	73.018	52.124	14.989	67.113
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	14.743	(14.743)	-	14.989	(14.989)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	20.709	9.875	30.584	73.018	-	73.018	67.113	-	67.113
DESTINAÇÕES	-	-	-	(44.586)	-	(44.586)	(40.206)	-	(40.206)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(10.820)	-	(10.820)	(9.941)	-	(9.941)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.843)	-	(2.843)	(2.691)	-	(2.691)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(25.589)	-	(25.589)	(24.216)	-	(24.216)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(5.334)	-	(5.334)	(3.358)	-	(3.358)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	28.432	-	28.432	26.907	-	26.907

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT

CNPJ/MF nº 26.555.235/0001-33

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	149.335	144.769	24.297	318.401
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	11.602	-	(23.158)	(11.556)
Destinações para reservas	-	200	(200)	-
Outras destinações	-	-	(939)	(939)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.997	-	-	5.997
Baixas de capital	(5.529)	-	-	(5.529)
Resultado do período	-	-	67.113	67.113
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.691)	(2.691)
Reserva Legal - Estatutária	-	24.216	(24.216)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.340	-	(9.941)	(601)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.358	(3.358)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	170.745	172.543	26.907	370.195
Mutações do Período	21.410	27.774	2.610	51.794
Saldos no início do período em 01/01/2019	170.745	172.543	26.907	370.195
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	11.723	-	(23.391)	(11.668)
Destinações para reservas	-	2.626	(2.626)	-
Outras destinações	-	-	(490)	(490)
Fundo Social	-	-	(400)	(400)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	6.068	-	-	6.068
Baixas de capital	(5.710)	-	-	(5.710)
Resultado do período	-	-	73.018	73.018
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.843)	(2.843)
Reserva Legal - Estatutária	-	25.589	(25.589)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.143	-	(10.820)	(677)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.334	(5.334)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	192.969	206.092	28.432	427.493
Mutações do Período	22.224	33.549	1.525	57.298
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	182.360	175.169	42.434	399.963
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.077	-	-	3.077
Baixas de capital	(2.611)	-	-	(2.611)
Resultado do período	-	-	30.584	30.584
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.843)	(2.843)
Reserva Legal - Estatutária	-	25.589	(25.589)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.143	-	(10.820)	(677)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.334	(5.334)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	192.969	206.092	28.432	427.493
Mutações do Período	10.609	30.923	(14.002)	27.530

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
CNPJ/MF nº 26.555.235/0001-33

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	40.087	86.318	63.960
Resultado do semestre/exercício	30.584	73.018	67.113
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	9.503	13.300	(3.153)
(Reversão) Provisão para operações de crédito	9.705	11.277	(1.132)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	832	817	(2.819)
Depreciação do imobilizado de uso	1.158	2.174	1.925
Amortização do intangível	775	1.483	1.300
Baixas do ativo permanente	142	263	276
(Reversão) para passivos contingentes	(97)	(87)	(62)
Destinações ao FATES	(2.843)	(2.843)	(2.691)
Dividendos SicrediPar	(169)	216	50
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(700.453)	(692.324)	81.433
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(69.225)	(86.566)	(67.275)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(376.834)	(376.834)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	8.176	416	(412)
Redução em créditos vinculados	-	-	3.599
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	53	(73)	61
(Aumento) em operações de crédito	(187.808)	(330.218)	(90.715)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(9.212)	390	17.580
(Aumento) em outros créditos	(14.292)	(17.856)	(10.256)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	658	719	(759)
Aumento (Redução) em depósitos	(67.041)	116.199	209.488
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(86)	182	453
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	(11.169)	1.338
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.447)	(3.094)	(2.537)
Aumento em outras obrigações	16.605	15.580	20.868
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(660.366)	(606.006)	145.393
Aquisição de Investimentos	(3.231)	(3.231)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(8.656)	(13.013)	(4.785)
Aplicações no Intangível	(266)	(816)	(2.787)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(12.153)	(17.060)	(7.572)
Integralização de capital	3.077	6.068	5.997
Baixa de capital	(2.611)	(5.710)	(5.529)
Juros ao capital próprio	(677)	(677)	(601)
Distribuição de Sobras	-	(12.558)	(12.495)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(211)	(12.877)	(12.628)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(672.730)	(635.943)	125.193
Caixa e equivalente de caixa no início do período	952.467	915.680	790.487
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	279.737	279.737	915.680

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 10/02/1990 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 26 de Fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	16.643	14.288
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	263.094	901.392
Total	279.737	915.680

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	129.881	66.713
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	129.881	66.713
Total circulante	129.881	66.713
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	24.832	1.434
DI entre Banco e Cooperativas	24.832	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.434
Total não circulante	24.832	1.434

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos Multimercado (i)	376.834	-
Total circulante	376.834	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	174.811	99.825	274.636	207.255
Financiamentos	128.482	126.681	255.163	103.260
Financiamentos rurais e agroindustriais	524.965	11.680	536.645	425.711
Carteira total	828.258	238.186	1.066.444	736.226

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	639	-	639	235
Devedores por compra de valores e bens	229	301	530	102
Títulos e créditos a receber (i)	53.212	11	53.223	36.356
Total	54.080	312	54.392	36.693

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	53	139	-	-
Nível A	0,50	300.400	180.156	1.502	901
Nível B	1,00	498.726	354.497	4.987	3.545
Nível C	3,00	174.570	118.650	5.237	3.560
Nível D	10,00	70.141	57.490	7.014	5.749
Nível E	30,00	24.740	12.984	7.422	3.895
Nível F	50,00	8.723	7.240	4.362	3.620
Nível G	70,00	7.309	11.042	5.116	7.729
Nível H	100,00	36.174	30.721	36.174	30.721
Total (i)		1.120.836	772.919	71.814	59.720

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	6.554	75.247	156.775	132.292	370.868	241.462
Rural	528	25.822	498.615	11.680	536.645	425.711
Industrial	141	3.138	3.205	2.104	8.588	4.786
Comércio	1.080	19.972	35.137	42.577	98.766	55.201
Outros Serviços	1.360	21.774	32.990	49.844	105.968	45.759
Total	9.663	145.953	726.722	238.497	1.120.835	772.919

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	86.699	7,74	63.369	8,20
50 devedores seguintes	224.989	20,07	169.159	21,89
100 devedores seguintes	219.806	19,61	170.837	22,10
Demais	589.342	52,58	369.554	47,81
Total	1.120.836	100	772.919	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	59.720	63.671
Constituição de provisão	22.289	7.035
Movimentação de baixados para prejuízo	(10.195)	(10.986)
Saldo final	71.814	59.720

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 6.690 (2018 - R\$ 5.191), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 41.486 (2018 - R\$ 42.651).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	134	156
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.283	2.110
Devedores por compra de valores e bens	229	51
Devedores por depósitos em garantia	762	741
Impostos e contribuições a compensar	55	288
Títulos e créditos a receber (ii)	53.212	36.353
Cotas de consórcio	591	705
Operações com cartões	728	881
Pendências a regularizar	138	349
Outros	1.012	1.036
Total Circulante	60.144	42.670

Devedores por compra de valores e bens	301	51
Títulos e créditos a receber (ii)	11	3
Total não circulante	312	54

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	2.578	3.298
Imóveis	2.342	3.298
Máquinas e equipamentos	236	-
Despesas antecipadas	64	64
Total Circulante	2.642	3.362

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	19.647	18.807
Sicredi Participações S.A.	26.236	23.844
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	45.884	42.652

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	9.295.291 ON	7.737.660 ON	1	1	19.647.059	18.806.851
	19.331.615 PN	16.106.523 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	2,72%	2,71%	0,62%	0,62%	15,58%	16,01%
Capital social	969.491	880.597	164	164	126.127	117.452
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	131.820	123.287
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	764	163
Valor do investimento	26.236	23.844	1	1	19.647	18.807

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	40.952	(8.901)	32.051	21.476
Imobilizações em curso	-	5.723	-	5.723	2.263
Terrenos	-	10.043	-	10.043	5.648
Edificações	4%	7.690	(1.924)	5.766	5.968
Instalações	10%	4.749	(1.003)	3.746	2.153
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.601	(2.299)	4.302	3.054
Sistema de comunicação	10%	180	(89)	91	108
Sistema de processamento de dados	20%	5.637	(3.414)	2.223	1.933
Sistema de segurança	10%	255	(112)	143	151
Sistema de transporte	20%	74	(60)	14	198
Intangível (i)		12.968	(7.093)	5.875	6.542
Investimentos Confederação		12.968	(7.093)	5.875	6.542
Total		53.920	(15.994)	37.926	28.018

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	317.351	-	-	317.351	249.552
Depósitos Interfinanceiros	11.294	-	-	11.294	-
Depósitos a prazo	2.521	98	679.253	681.872	644.766
Total	331.166	98	679.253	1.010.517	894.318

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	410.248	405.907
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	410.248	405.907
Outros Recursos	4.734	7.744
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.734	7.744
Total circulante	414.982	413.651
Recursos do Crédito Rural	12.681	13.616
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	12.681	13.616
Total não circulante	12.681	13.616

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/12/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	-	11.169
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	-	11.169
Total circulante	-	11.169

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	474	3.643
Obrigações por convênios oficiais	7	4
Provisão para pagamentos a efetuar	4.062	3.891
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 16)	473	560
Outras Contingências	1	1
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	10.646	12.278
Pendências a regularizar	266	573
Operações com cartões	51.603	36.381
Demais fornecedores	1.499	915
Cretores diversos	2.769	2.730
Total circulante	71.800	60.976

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Cível	435	164	(251)	348
Tributária	125	-	-	125
Total	560	164	(251)	473

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Cível	Provável	348	435
Tributária	Provável	125	125
Total		473	560

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 17; R\$ 124 (2018 - R\$ 22 R\$ 124), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	192.969	170.745
Total de associados	55.458	46.557

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 22.224 (2018 – R\$ 21.410), sendo R\$ 21.866 (2018 – R\$ 20.942) via integralização de resultados e R\$ 6.068 (2018 – R\$ 5.997), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.710 (2018 – R\$ 5.529).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,11% em Conta capital, no montante de R\$ 10.820, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal, 5% para o FATES, 0% para a Reserva de Expansão e 0% para Outros Destinações.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	75.473	67.610
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(30.189)	(28.396)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	82	53
Provisão resgate de milhas cartão	56	(176)
Brindes e Doações	(102)	(88)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(32)	160
Receita com atos cooperativos	23.310	21.892
Juros sobre capital próprio	4.328	4.175
Prejuízo fiscal	-	138
Lucros e dividendos	67	162
Outros	25	24
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	1.558
Subtotal	27.734	27.899
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(2.455)	(497)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	154.713	68.147
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	376.834	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	263.094	901.392
Outros Créditos - Rendas a receber	2.634	2.660
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.457	659
Investimentos (Nota 09)	45.884	42.652
Intangível (Nota 10)	5.875	6.542
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	11.294	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	427.663	427.267
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	-	11.169
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	50.508	34.817
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	3.062	1.775
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	18.328	16.682
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	53.464	61.756
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	473	6
Operações de Empréstimos e Repasses	27.497	30.903
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	4.438	3.861
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	13.750	11.564

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	1.267	0,40%	506
Depósitos a prazo	1.768	0,26%	1.124
Operações de crédito	14.820	1,39%	13.285

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.740	3.767

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	1.294	1.068
Despesa de aluguéis	2.407	1.871
Despesa de comunicação	1.218	1.220
Despesa de manutenção e conservação	1.755	1.546
Despesa de material	575	428
Despesa processamento dados	892	594
Despesa de promoções e relações públicas	6.033	5.086
Despesa de propaganda e publicidade	472	440
Despesa de seguro	101	71
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.607	2.503
Despesa de serviços de terceiros	1.118	459
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.527	1.461
Despesa de serviços de técnicos especializados	2.452	1.856
Despesa de serviços de transportes	1.909	1.742
Despesa de viagem	334	288
Despesa de depreciação e amortização	2.174	1.925
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.483	1.300
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	3.094	2.537
Outras despesas administrativas	1.751	1.650
Total	33.196	28.045

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	1.083	2.202
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	52.641	60.709
Reversão de provisões operacionais	11.936	8.446
Outras rendas operacionais	3.481	3.931
Total	69.141	75.288

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	973	941
Contribuições Cooperativistas	138	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	2.210	1.535
Contribuição Confederação Sicredi	9.574	7.555
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.941	1.784
Encargos da administração financeira	301	405
Repasse administradora de Cartões	443	379
Despesas de Cartões - Processamento, Emissão e Postagem	2.428	2.039
Fianças Bancárias	7.698	5.425
Outras provisões operacionais	1.270	1.618
Outras despesas operacionais	1.302	4.226
Total	28.278	26.038

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	414.470	427.740
Coobrigações em cessões de crédito	39	46
Total	414.509	427.786

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	421.618	363.653
Nível I (NI)	421.618	363.653
Capital principal - CP	421.618	363.653
Capital social	192.969	170.745
Reservas de capital	206.092	172.543
Lucros acumulados	28.432	26.907
Ajustes Prudenciais	(5.875)	(6.542)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.710.039	1.522.821
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	3.053	2.412
Margem de Capital (i)	239.011	201.345
Índice de Basileia (PR / RWA)	24,66%	23,88%
Situação de Imobilização (Imob)	32.052	21.477
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,60%	5,91%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Marcio Luiz de Abreu
Diretor Executivo
CPF: 004.967.879-50

Luiz Alberto Bazzoni
Diretor de Operações
CPF: 438.786.109-63

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20